



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

CLASSIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO PERIÓDICA

"NOVA GUARDA"

(Aprovada na reunião plenária de 1.OUT.97)

1. Em 4 de Agosto de 1997 deu entrada na Alta Autoridade para a Comunicação Social (AACS) um ofício do Instituto da Comunicação Social (I.C.S.) solicitando a classificação da publicação periódica "Nova Guarda". Acompanhavam o referido ofício cópia da declaração do Núcleo de Registo de Órgãos de Comunicação Social (N.R.O.C.S.), cópia do estatuto editorial, um exemplar de cada um dos números 16, 17 e 19 do jornal e cópia da declaração da empresa proprietária do jornal sobre a sua difusão.

2. A competência da AACS para classificar as publicações periódicas, atribuída pela alínea n) do n° 1 do art° 4° da Lei n° 15/90, de 30 de Junho, deve ser entendida *"no preciso quadro do artigo 38°, n°4, da Constituição - que consagra o princípio da especialidade das empresas titulares de órgãos de informação geral, impedindo a sua concentração, assim como dos artigos 2° e 3° da Lei de Imprensa (Decreto-Lei n° 85-C/75, de 26 de Fevereiro).*

"Estes últimos preceitos estabelecem uma tipologia de publicações que atende ao seu conteúdo, nacionalidade e área de expansão, sendo relevante para determinados efeitos, dos quais haverá que salientar:

"- A necessidade de a orientação editorial dos órgãos informativos ser explicitada através da publicação do respectivo estatuto editorial;

"- As condições de invocação da "cláusula de consciência" profissional a que se refere o artigo 9°, n°2, do Estatuto do Jornalista, aprovado pela Lei n° 62/79, de 20 de Setembro;

"- A definição do âmbito da obrigatoriedade de publicação, no caso da imprensa escrita, das notas oficiosas (nos termos do artigo 2°, n°1, da Lei n° 60/79, de 18 de Setembro, com a redacção introduzida pela Lei n° 5/86, de 26 de Março);

"- A observância do dever de tratamento jornalístico não discriminatório, a respeito das candidaturas eleitorais, previsto e regulamentado pelo Decreto-Lei n°85-D/75, de 26 de Fevereiro", conforme se refere na Circular n° 1/94, de 26 de Julho de 1994, da AACS.

3. O art° 2° da Lei de Imprensa (Decreto-Lei n° 85-C/75, de 26 de Fevereiro) estabelece que as publicações podem ser periódicas ou unitárias (n° 2), e que se consideram *"periódicas as que se realizam em série contínua, sem limite definido de duração, sob o mesmo título, abrangendo períodos de tempo determinados, incluindo as que tratem exclusivamente de assuntos científicos,*

./.



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 2 -

literários, artísticos, desportivos ou religiosos" (nº 3). No seu nº 7 é definido que "as publicações podem ser de expansão nacional ou regional, considerando-se de expansão nacional as que são postas à venda na generalidade do território nacional".

4. No tocante ao respectivo conteúdo, o artigo 3º da Lei de Imprensa estipula que as publicações periódicas podem ser doutrinárias ou informativas (nº 1) sendo doutrinárias *"as que visem predominantemente divulgar qualquer doutrina, ideologia ou credo religioso, designadamente enquanto órgãos oficiais de partidos políticos, movimentos ou associações cívicas ou igrejas ou comunidades religiosas"* (nº 2) e informativas aquelas *"em que se não verifiquem os requisitos referidos no número anterior"* (nº 3).

As publicações informativas, podem, por seu lado, ser de informação especializada ou geral (nº 6), considerando-se de informação especializada *"as que se ocupem predominantemente de uma matéria, designadamente científica, literária, artística, desportiva ou religiosa"* (nº 7) e de informação geral *"as que tem por objecto predominante a divulgação de notícias ou informações de carácter genérico, bem como todas as outras que não sejam abrangidas pelos nºs 2 e 7 deste artigo"* (nº 8).

5. De acordo com a Circular nº 1/94 da AACS atrás referida, a classificação a atribuir por este Órgão a qualquer publicação periódica terá essencialmente por base:

- a) a consideração do respectivo estatuto editorial, quando exigível;
- b) a análise do seu conteúdo, à luz do objectivo principal e da matéria de que predominantemente se ocupem;
- c) a verificação da área do território em que seja efectivamente posta à venda, sem considerar os exemplares distribuídos por assinatura.

6. Analisados os registos constantes da cópia do Núcleo de Registos dos Órgãos de Comunicação Social relativos ao "Nova Guarda", verifica tratar-se de uma publicação semanal, propriedade da Associação de Beneficência Augusto Gil, dirigida por António Pereira Andrade Pissarra e com sede na Avenida Alexandre Herculano, na Guarda.

O seu estatuto editorial afirma-o como órgão de comunicação social de âmbito regional, cobrindo a Beira Interior, independente, rigoroso, objectivo e imparcial que se compromete a respeitar os princípios deontológicos da imprensa e ética profissional.

A análise dos exemplares que nos foram enviados confirma a orientação noticiosa e regionalista do periódico.

./.



ALTA AUTORIDADE PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

- 3 -

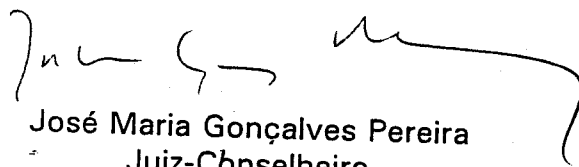
De acordo com a declaração da empresa proprietária da publicação esta é posta à venda no Distrito da Guarda e concelhos limítrofes, pelo, que quanto à expansão, terá de ser classificado como de expansão regional.

7. Assim a Alta Autoridade para a Comunicação Social delibera classificar a publicação periódica "Nova Guarda" como publicação de informação geral e expansão regional.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade, com votos de Eduardo Trigo (relator), José Maria Gonçalves Pereira, Torquato da Luz, Maria de Lurdes Breu, Artur Portela, Sebastião Lima Rego, Fátima Resende, Manuela Coutinho Ribeiro, Alberto de Carvalho, Beltrão de Carvalho, Aventino Teixeira e José Garibaldi.

Alta Autoridade para a Comunicação Social,
em 1 de Outubro de 1997

O Presidente


José Maria Gonçalves Pereira
Juiz-Conselheiro

/AM